

Formulário do pedido (1 de 5)

Identificação do Serviço Tributário*

Nome* DGCI (Direcção-Geral dos Impostos)

Objecto do Pedido*

Imposto* IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas)
 IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares)
 IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)
 Imposto do Selo
 IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)
 IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado)
 IUC (Imposto Único de Circulação)
Outros impostos:

Pretensão* Alinea a) do n.º 1 do art.º 2.º do DL n.º 10/2011 de 20 de Janeiro – A declaração de ilegalidade de actos de:
 Liquidação de tributos
 Autoliquidação⁽¹⁾
 Retenção na fonte⁽¹⁾
 Pagamento por conta⁽¹⁾
(1) Com excepção das pretensões previstas nas alínea a) do art.º 2.º da Portaria n.º 112-A/2011 de 22 de Março.

Alinea b) do n.º 1 do art.º 2.º do DL n.º 10/2011 de 20 de Janeiro – A declaração de ilegalidade de actos de:
 Determinação da matéria tributável⁽²⁾
 Determinação da matéria colectável⁽²⁾
 Fixação de valores patrimoniais
(2) Com excepção das pretensões previstas nas alínea b) do art.º 2.º da Portaria n.º 112-A/2011 de 22 de Março.

Alinea c) do n.º 1 do art.º 2.º do DL n.º 10/2011 de 20 de Janeiro:
A apreciação de qualquer questão, de facto ou de direito, relativa ao projecto de decisão de liquidação, sempre que a lei não assegure a faculdade de deduzir a pretensão referida na alínea b) do n.º 1 do art.º 2.º do DL n.º 10/2011 de 20 de Janeiro

Tipo de acto subjacente:

Regime transitório

(tribunal, número de processo e unidade orgânica – art. 30 do DL 10/2011, de 20 de Janeiro)

Árbitro* Opta por não designar árbitro
 Tem intenção de designar árbitro

Observações:

Seguinte

Ajuda

Formulário do pedido (1 de 5)

Os campos assinados com "*" são de preenchimento obrigatórios.

Clique em "Seguinte" para gravar os dados preenchidos e avançar para o próximo formulário.



Regime transitório

(tribunal, número de processo e unidade orgânica – art. 30 do DL 10/2011, de 20 de Janeiro)